http://dx.doi.org/10.22420/rde.v19i45.2354

Discursos sobre financiamento da Educação Infantil brasileira na Revista de Financiamento da Educação

Discourses on the funding of Brazilian Early Childhood Education in the journal Fineduca

Discursos sobre la financiación de la educación infantil en Brasil en la *Revista de Financiamento da Educação*

RELVA LOPES CHAVES SOARES*

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista – BA, Brasil.

SANDRA MÁRCIA CAMPOS PEREIRA**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista – BA, Brasil.

RESUMO: O objetivo deste texto é mapear, descrever e analisar os artigos sobre financiamento da Educação Infantil brasileira publicados na Revista de Financiamento da Educação – Fineduca de 2011 a 2023. A questão de pesquisa é: *Quais discursos sobre o financiamento da EI brasileira estão presentes nos artigos da Revista Fineduca?* Trata-se de uma Revisão Sistemática de Literatura que resultou na seleção de 21 artigos, analisados a partir dos postulados foucaultianos sobre discurso, poder e governamentalidade. Constatou-se que em 95,23% dos textos, as/os autoras/es fazem a defesa intransigente do direcionamento dos recursos públicos para a EI pública, essencial para a materialização desse direito com qualidade socialmente referenciada, convergindo para sua governamentalidade democrática, o que indica que a Revista Fineduca tem sido importante meio de construção e fortalecimento do discurso democrático, constituindo-se como polo de resistência aos avanços do discurso neoliberal no campo do financiamento educacional no país.

* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ensino na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Professora assistente na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. *E-mail*: <relva.soares@uesb.edu.br>.

** Doutora em Educação Escolar. Professora plena da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e do Programa de Pós-Graduação em Ensino. *E-mail*: <sandra.campos@uesb.edu.br>.

Palavras-chave: Financiamento da Educação Infantil. Revista Fineduca. Revisão Sistemática de Literatura.

ABSTRACT: The objective of this research is to map, describe, and analyze articles on the funding of Brazilian early childhood education published in Fineduca, a Brazilian journal about educational funding, from 2011 to 2023. The research question is: What discourses on the funding of Brazilian early childhood education are present in the articles published in Fineduca? This study involves a systematic literature review that resulted in the selection of 21 articles, analyzed from Foucault's postulates on discourse, power, and governmentality. It was found that in 95.23% of the texts, the authors make an uncompromising defense of directing public resources to public early childhood education, essential for the materialization of this right with socially referenced quality, converging towards its democratic governmentality. This indicates that Fineduca has been an important means of constructing and strengthening democratic discourse, constituting itself as a pole of resistance to the advances of neoliberal discourse in the field of educational funding in the country.

Keywords: Early childhood education funding. Fineduca journal. Systematic literature review.

RESUMEN: El objetivo de este texto es mapear, describir y analizar artículos sobre la financiación de la educación infantil (EI) en Brasil, publicados en la *Revista de Financiamento da Educação* (*Fineduca*) entre 2011 y 2023. La pregunta de investigación es: *¿Qué discursos sobre la financiación de la EI brasileña se encuentran en los artículos de la Revista Fineduca*? Esta es una revisión sistemática de la literatura que resultó en la selección de 21 artículos, analizados con base en los postulados de Foucault sobre discurso, poder y gubernamentalidad. Se constató que en el 95,23% de los textos, los/as autores/as defienden sin concesiones la asignación de recursos públicos a la EI pública, esencial para la realización de este derecho con una calidad socialmente referenciada, que converge hacia su gobernanza democrática, lo que indica que la *Revista Fineduca* ha sido un medio importante para construir y fortalecer el discurso democrático como un polo de resistencia a los avances del discurso neoliberal en el ámbito del financiamiento educativo en el país.

Palabras clave: Financiación de la educación infantil. *Revista Fineduca*. Revisión sistemática de la literatura.

Introdução

A Constituição Federal – CF de 1988 reconheceu o direito das crianças à Educação Infantil – EI e tornou-se um marco, a partir do qual foi construído o discurso de uma EI com qualidade socialmente referenciada, alicerçada no respeito aos direitos das crianças e à promoção da sua cidadania (BRASIL, 1988; 1996; 2005; 2009; 2014). Contudo, apesar de ter alcançado avanços significativos, o cenário da EI no Brasil continua fortemente marcado pela negação da cidadania de bebês e crianças pequenas, seja pela exclusão do sistema de ensino, seja pela má qualidade das condições de oferta e/ou do trabalho desenvolvido nas creches e pré-escolas, configurando a violação do direito constitucional e caracterizando as instituições de EI como espaços que, contrariando a sua função pedagógica e sociopolítica (BRASIL, 2009), contribuem para a manutenção e o acirramento das desigualdades socioeconômicas, étnico-raciais e regionais (ROSEMBERG, 2014; CAMPOS & BARBOSA, 2018; SANTOS, 2020; PINTO & CORREA, 2020; BRASIL, 2024).

O financiamento educacional é uma das principais condições para a materialização do direito à EI com qualidade socialmente referenciada, respaldada na promoção da cidadania infantil (FINEDUCA, 2021), por isso, o objetivo desta pesquisa é mapear, descrever e analisar os artigos sobre o financiamento da EI brasileira publicados na Revista de Financiamento da Educação – Fineduca, de 2011 a 2023. Trata-se de uma Revisão Sistemática de Literatura – RSL que, segundo Maria Cristiane Galvão e Ivan Luiz Marques Ricarte (2019), caracteriza-se por ser uma pesquisa científica, que segue protocolos próprios visando garantir sua reprodutibilidade por outras/os pesquisadoras/es, descrevendo minuciosamente as bases de dados bibliográficas consultadas, as estratégias de busca empregadas, o percurso de seleção dos artigos científicos, os critérios de inclusão e exclusão dos trabalhos, bem como a metodologia de análise adotada. Ao elencarem as vantagens das revisões sistemáticas em relação a outros tipos de revisão de literatura, Andy P. Siddaway, Alex M. Wood e Larry V. Hedges (2019) ressaltam que elas tendem a ter maior qualidade, sendo mais abrangentes e menos tendenciosas do que as demais, tendo chances maiores de publicação e repercussão. Quando bem feita, uma RSL representa uma nova e importante contribuição à ciência[1].

O texto está organizado em três tópicos. No primeiro, detalhamos o percurso metodológico da pesquisa, descrevendo o protocolo adotado. No segundo, apresentamos o processo de busca e seleção dos artigos e analisamos o corpus da pesquisa. E no terceiro, analisamos as discussões feitas nos artigos.

Trajetória metodológica

Inicialmente, elaboramos o protocolo de pesquisa definindo a base de dados, o objetivo e a questão de pesquisa, as palavras-chave de busca, os critérios de inclusão e exclusão, as formas de organização e apresentação dos dados produzidos e também a metodologia de sua análise.

A base de dados foi a Revista Fineduca, eletrônica, anual e que adota o formato de publicação contínua e individual[2]. O acesso ao seu conteúdo é livre e imediato, contribuindo para a democratização do conhecimento. Não são cobradas taxas para submissão, avaliação e publicação dos artigos. Criada em 2011, de forma concomitante e articulada à criação da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação, a Revista Fineduca estabeleceu-se como relevante meio de divulgação da produção científica no campo do financiamento educacional (SOUZA *et al*., 2020). Atualmente, tem o Qualis Capes A3 em Educação. Após amplo levantamento sobre a produção do conhecimento em financiamento da EI no Brasil, Joedson Brito dos Santos afirma que: "a revista Fineduca vem se configurando como o principal periódico para a divulgação dos estudos sobre o financiamento da EI" (SANTOS, 2020, p.11).

O objetivo desta pesquisa é mapear, descrever e analisar os artigos sobre financiamento da EI brasileira publicados na Revista Fineduca no período de 2011 a 2023 (abarcando todas as edições da revista desde a sua criação até a escrita desta RSL, no início de 2024), visando responder à questão: *Quais discursos sobre o financiamento da EI brasileira estão presentes nos artigos publicados na Revista Fineduca?*. Para tanto, compreendemos o discurso como produção histórica, prática social, ato essencialmente político, sempre produzido em função das relações de poder, pois: "o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar" (FOUCAULT, 1999, p.10). Deter o discurso é deter o poder, o que explica toda a engrenagem voltada à construção de uma ordem à qual os discursos são submetidos.

O mapeamento dos artigos foi realizado no site da revista utilizando as palavras-chave de busca *financiamento da Educação Infantil*, *Educação Infantil*, *creche e pré-escola*. Os critérios de inclusão e exclusão apresentados no Quadro 1 foram definidos tendo em vista o refinamento da seleção dos artigos, a fim de contemplar a questão de pesquisa.

Quadro 1: Critérios de inclusão e exclusão de artigos

Critérios de inclusão	Critérios de exclusão
Pesquisas que tratem do financiamento da Educação Infantil brasileira e suas nuances;	Trabalhos cujo foco seja o financiamento da educação básica como um todo;
Trabalhos cujos títulos e/ou palavras-chaves tenham os termos financiamento, Educação Infantil, creche e/ou pré-escola, privatização da EI.	Trabalhos sobre o financiamento da Educação Infantil em outros países;
	Trabalhos que tratem outras perspectivas das políticas públicas para a Educação Infantil;
	Trabalhos duplicados;
	Estudos que não pertençam à área da Educação Infantil.

Fonte: Quadro construído pelas autoras, 2023.

A busca e a filtragem dos artigos foram simultâneas. Os dados produzidos foram organizados em quadros apresentando número de artigos sobre EI brasileira publicados pela Revista Fineduca e artigos selecionados, com respectivas/os autoras/es, instituições e ano de publicação. Após análise qualitativa dos artigos e mediante a leitura exploratória de todos os textos, foram definidos três eixos temáticos: *Financiamento educacional e garantia do direito à EI*; *O financiamento da EI e a relação público-privada*; e *O novo Fundeb e a EI.* A análise se deu com base nos postulados foucaultianos de discurso, poder e governamentalidade, a partir das obras: *A Ordem do Discurso* (1999), *Microfísica do Poder* (2015), o texto *O sujeito e o poder* (2013) e algumas aulas dos cursos *Segurança, Território e População* (2008), *O nascimento da biopolítica* (2022), bem como estudos de pesquisadoras/es que têm Michel Foucault como referência.

Segundo Foucault (2013), o poder se caracteriza pelas relações entre indivíduas/os ou entre grupos, visto que alguns exercem poder sobre outros. Desse modo, o termo *conduta* é um dos que melhor traduzem a especificidade das relações de poder, pois exercer o poder é conduzir condutas e ordenar a probabilidade. Assim, em essência, o poder é da ordem do governo, compreendendo governar como compor o possível campo de ação de outrem. Nesse sentido, Thomas Lemke ressalta que "a governamentalidade implica em práticas de governo sistemáticas e reguladas, e também aponta para elementos de cálculo ou para um saber racional das entidades a serem governadas" (LEMKE, 2017, p. 25).

Mapeamento e descrição dos artigos sobre financiamento da EI brasileira na Revista Fineduca

O mapeamento dos artigos foi realizado no site da Revista Fineduca[3] por meio das suas ferramentas de busca. Primeiramente, utilizamos como palavra-chave de busca o termo *Financiamento da Educação Infantil* e identificamos 27 artigos. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão do protocolo de pesquisa mediante a leitura dos títulos, resumos e palavras-chave, 16 artigos foram selecionados e 11 descartados. Aplicando o termo *Educação Infantil*, encontramos 38 artigos. Desses, 27 já haviam aparecido na busca anterior, restando, portanto, 11 textos para o novo processo de filtragem, no qual selecionamos três artigos e excluímos oito. Prosseguindo, empregamos a palavra-chave de busca *Creche*, obtendo 11 trabalhos, dos quais apenas um ainda não tinha aparecido. Esse trabalho foi descartado. Concluindo o processo, inserimos a palavra-chave de busca *Pré-Escola* e identificamos quatro artigos, sendo três replicados e um excluído da pesquisa.

Ao todo localizamos 40 textos, dos quais 21 atenderam aos critérios de inclusão e passaram a constituir o corpus da pesquisa. À proporção em que os artigos foram selecionados, realizamos os downloads e os salvamos em uma pasta no computador, intitulada *Textos selecionados para RSL*, nomeados de A1 a A21, com os respectivos sobrenomes das/os autoras/es.

De 2011 a 2023 a Revista Fineduca publicou 252 artigos em 13 volumes, dos quais apenas 21 trabalhos discutem o financiamento da EI brasileira, representando 8,33% do total de artigos publicados. O reduzido número de estudos sobre a temática também foi notado por Franceline Rodrigues Silva e José Eustáquio de Brito, que concluíram que "ainda é marginal à comunidade científica do financiamento educacional" (SILVA & BRITO, 2019, p. 784), e por Joedson Santos (2020), que ressalta a necessidade de consolidação desse campo de pesquisa. Destarte, salientamos a necessidade de ampliar os estudos na área, fortalecendo o discurso democrático.

Na Tabela 1 é possível visualizar a distribuição das publicações sobre o financiamento da EI brasileira na Revista Fineduca, de 2011 a 2023.

Tabela 1: Artigos sobre financiamento da EI brasileira na Revista Fineduca, de 2011 a 2023

Ano	Volume	Total de artigos	Artigos sobre Financiamento da EI brasileira
2011	1	12	1
2012	2	12	0
2013	3	12	0
2014	4	12	0
2015	5	14	2
2016	6	12	1
2017	7	12	0
2018	8	13	0
2019	9	24	0
2020	10	33	3
2021	11	35	5
2022	12	33	8
2023	13	28	1

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras com base em pesquisa na Revista Fineduca, 2023.

A Tabela 1 indica que 76,19% dos artigos em questão foram veiculados nos volumes 10, 11 e 12, refletindo a conjuntura de discussão e aprovação do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb e o crescimento expressivo do número de artigos publicados na revista, a partir de 2019, com a criação das seções temáticas. 57,14% dos estudos sobre o financiamento da EI no Brasil fazem parte das seções temáticas publicadas de 2019 a 2023. Em 2022, ano com o maior número de artigos sobre financiamento da EI no país, foi publicada a seção temática *O Novo FUNDEB e a Qualidade Social da Educação Infantil*, organizada por Ana Lúcia Goulart de Faria, Fabiana Oliveira Canavieira e Lisete Arelaro.

No Quadro 2 apresentamos o corpus da pesquisa com a relação dos artigos, suas/seus autoras/es, instituições e anos de publicação.

Quadro 2: Corpus documental da pesquisa

Abreviatura do estudo	Título	Autoras/es	Instituições	Ano
A1	Políticas de Financiamento e Atendimento à Educação Infantil na Cidade de São Gonçalo/RJ: o Plano Municipal de Educação (PME) (2015-2024)	Mônica de Souza Motta, Fabiana Nery de Lima Pessanha	Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ	2023
A2	O Financiamento da Educação Infantil no Município de Londrina/PR (2015-2019)	Aline de Barros Vidal Gonçalves	Universidade Federal do Paraná – UFPR	2022
A3	Creches Conveniadas e Compra de Vagas na Cidade de São Paulo: formas de privatização da Educação Infantil	Ana Paula Santiago do Nascimento, Cleber Nelson de Oliveira Silva, Eliano Macedo Souza, Felipe Alencar	Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP Secretaria Municipal de Educação de São Paulo – SME/SP Universidade de São Paulo – USP	2022
A4	O Novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação no Brasil e as Parcerias Público-Privadas na Educação Infantil: um panorama na perspectiva dos Princípios de Abidjan	Andressa Pellanda, Koumbou Boly Barry	Universidade de São Paulo – USP United Nations – UN, Geneva	2022
A5	O Novo Fundeb e a Educação Infantil: da política de consenso neoliberal à práxis política emancipatória	Ivone Garcia Barbosa, Telma Aparecida Teles Martins Silveira, Marcos Antônio Soares	Universidade Federal de Goiás – UFG	2022
A6	Para Além do Acesso: o direito à educação infantil de qualidade exige financiamento adequado	Maria Luiza Rodrigues Flores, Diego Lutz	Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS União dos Dirigentes Municipais de Educação do Rio Grande do Sul – UNDIME/RS	2022
A7	O Novo Fundeb e a Garantia do Direito à Educação das Crianças Manauaras	Vanderlete Pereira da Silva, Roberto Sanches Mubarac Sobrinho	Universidade do Estado do Amazonas – UEA	2022

Abreviatura do estudo	Título	Autoras/es	Instituições	Ano
A8	Políticas Educacionais e o Financiamento à Creche em São Gonçalo/RJ: um estudo de caso (2011-2020)	Fabiana Nery de Lima Pessanha	Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ	2022
A9	A Oferta da Educação Infantil em Condições de Qualidade no Contexto no Novo Fundeb	Dhaiene de Jesus dos Reis Bruno	Universidade Federal do Paraná – UFPR	2022
A10	Os Recursos Direcionados às Crianças de 0 a 5 Anos de Idade no Contexto do Fundeb em João Pessoa/PB	Joedson Brito Santos, Luiz de Sousa Junior	Universidade Federal do Tocantins – UFT / Universidade Federal da Paraíba – UFPB	2021
A11	O Processo de Privatização da Educação Infantil no Âmbito do Fundeb	Monique Robain Montano, Vera Maria Vidal Peroni, Maria Dilnéia Espíndola Fernandes	Secretaria Municipal de Educação – SMED Porto Alegre Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS	2021
A12	Estratégias de Privatização da Educação Infantil em Ribeirão Preto e as Resistências	Bianca Correa, José Marcelino de Rezende Pinto, Teise de Oliveira Guaranha Garcia	Universidade de São Paulo – USP	2021
A13	A Privatização dos Recursos Educacionais através das Escolas Confessionais: uma análise da Cáritas de Rondonópolis/MT	Marilda de Oliveira Costa, Tiago dos Santos Rodrigues	Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT	2021
A14	O Financiamento da Educação das Crianças de 0 a 3 Anos no Município de São Gonçalo/RJ: limites e tensões entre o público e o privado	Fabiana Nery de Lima Pessanha	Universidade doestado do Rio de Janeiro – UERJ	2021
A15	Custos de Escolas de Educação Infantil em Porto Alegre pelo Método ABC: um estudo de caso	Ivanor Paulo Bochi Junior, Francisco José Kliemann Neto	Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	2020
A16	Educação infantil e a política de fundos: como tem caminhado essa etapa educacional, em especial com a aprovação do Fundeb?	José Marcelino de Rezende Pinto, Bianca Cristina Correa	Universidade de São Paulo – USP	2020

Abreviatura do estudo	Título	Autoras/es	Instituições	Ano
A17	Repercussões do Fundeb no Acesso e na Oferta da Educação Infantil: um estudo de caso	Josielli Teixeira de Paula Costa, Franceline Rodrigues Silva, Daniel Santos Braga	Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG	2020
A18	Demanda, financiamento e Ministério Público: conflitos em torno da oferta da educação infantil no município de Araucária	Marina Feldman	Universidade Federal do Paraná – UFPR	2016
A19	As creches conveniadas em São Paulo: quais os reais motivos dessa opção política?	Ana Paula Santiago do Nascimento, Cleber Nelson de Oliveira Silva	Universidade de São Paulo – USP	2015
A20	A Ação Brasil Carinhoso como estratégia de expansão da oferta e redução da desigualdade educacional na creche	Adriana Dragone Silveira, Soeli Terezinha Pereira	Universidade Federal do Paraná – UFPR	2015
A21	Uma análise das fontes de receita dos gastos e do padrão de atendimento de uma instituição de Educação Infantil filantrópica na cidade de Ribeirão Preto	Silmara Teixeira Pereira, José Marcelino de Rezende Pinto	Universidade de São Paulo – USP	2011

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras com base na pesquisa realizada no site da Revista Fineduca, 2023.

O Quadro 2 revela que o financiamento da EI no Brasil é uma temática pesquisada predominantemente por cientistas das universidades públicas situadas nas regiões Sudeste e Sul do país, cujos trabalhos correspondem a 80,95%[4] do total, sendo que a região Sudeste abrange 47,61% dos artigos e a região Sul, 33,33%, com destaque para a Universidade de São Paulo – USP, a Universidade Federal do Paraná – UFPR, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRS e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Merece ressalva o fato de todas as universidades elencadas nesta pesquisa serem públicas, reforçando a sua importância na produção do conhecimento científico, na defesa da democracia e na resistência diante do cenário desolador de crise econômica e retrocesso político instaurado no Brasil a partir do golpe parlamentar-jurídico-midiático (SAVIANI, 2018) contra a presidenta eleita Dilma Roussef, em 2016, e legitimado nas urnas com a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência da República em 2018.

Destacamos também o protagonismo feminino na autoria dos artigos: dos 21 textos que compõem este estudo, nove foram escritos por mulheres, dois por homens e 10 por mulheres em parceria com homens. São 23 pesquisadoras e 13 pesquisadores. Um resultado expressivo como esse é fruto da luta dessas cientistas no enfrentamento à desigualdade de gênero vivenciada na sociedade e que reverbera no contexto acadêmico,

superando obstáculos variados, entre os quais, a invisibilização da maternidade (DELLAZZANA-ZANON, DELLAZZANA, SOUSA & SOUZA, 2023).

Quanto aos lócus das pesquisas, observamos que a delimitação analítica dos estudos é predominantemente municipal: a maioria das cidades estudadas são capitais ou pertencem a regiões metropolitanas, evidenciando uma lacuna na pesquisa sobre a situação do financiamento da EI em municípios de pequeno porte e também nos municípios do interior dos estados.

Sobre a abordagem metodológica, constatamos que predominam as pesquisas qualitativas, com a realização de estudos de caso e análise documental. As fontes de informação mais utilizadas pelas/os pesquisadoras/es na produção dos dados foram o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o Laboratório de Dados Educacionais da UFPR. Na maior parte das pesquisas foi realizada a análise de dados numéricos oriundos das fontes supracitadas. Apenas uma pesquisa utilizou questionário, entrevista e observação participante na construção dos seus dados e uma se denominou pesquisa aplicada, utilizando a metodologia de custos para comparar duas instituições de EI.

Fizemos, enfim, a leitura exploratória dos artigos para identificar as principais discussões e definir os eixos temáticos: *Financiamento educacional e garantia do direito à EI*; *O financiamento da EI e a relação público-privada*; e *O novo Fundeb e a EI*. O eixo temático *Financiamento educacional e garantia do direito à EI* engloba sete artigos: A1, A8, A10, A16, A17, A18 e A20; o eixo *O financiamento da EI e a relação público-privada* é composto por oito artigos: A2, A3, A11, A12, A13, A15, A19 e A21; e o eixo *O Novo Fundeb e a EI* compreende seis artigos: A4, A5, A6, A7, A9 e A14. O tópico seguinte traz a análise de cada eixo temático.

Financiamento da EI brasileira na Revista Fineduca

Financiamento educacional e garantia do direito à EI

Os artigos A1, A8, A10, A16, A17, A18 e A20 evidenciam a estreita relação entre financiamento, acesso e qualidade da EI, fortalecendo o discurso democrático e ressaltando o dever do Estado na garantia do direito à EI com qualidade socialmente referenciada para todas as crianças. Ademais, reconhecem o expressivo crescimento da primeira etapa da educação básica nas últimas décadas e denunciam a persistência da desigualdade no acesso, principalmente à creche que "nunca foi prioridade na agenda da política educacional" (COUTINHO, 2017, p.23-24), sendo "tributária de um histórico de políticas assistencialistas, patrimonialistas e conservadoras" (PESSANHA, 2022, p. 12).

Tais pesquisas ressaltam a importância do Fundeb para a efetiva ampliação do acesso à EI no Brasil e indicam algumas das suas limitações (montante insuficiente de novos recursos; fatores de ponderação para distribuição dos recursos abaixo do custo real do atendimento em creches e pré-escolas; inclusão da rede conveniada sem fins lucrativos na distribuição dos recursos; silenciamento quanto ao Custo Aluno Qualidade inicial – CAQi) que consistiram empecilhos para o crescimento da pré-escola e, especialmente, da creche com qualidade (SANTOS & SOUSA JÚNIOR, 2021). Nesse sentido, Joedson Santos e Luiz de Sousa Júnior defendem que:

> A garantia do direito à EI, de expansão e melhoria da qualidade desse atendimento, está diretamente ligada à quantidade de recursos públicos que são direcionados para seu financiamento. Por essa razão, mesmo com as limitações do Fundeb, é preciso defender que a EI permaneça no Novo Fundeb e que a ampliação dos recursos dessa política tenha como parâmetro o CAQi (SANTOS & SOUSA JÚNIOR, 2021, p. 14).

Outrossim, os discursos dos artigos em questão enfatizam as dificuldades enfrentadas pelos municípios em exercer a prioridade, mas não exclusividade (PINTO & CORREA, 2020), na administração da oferta da EI por serem "os entes federativos com menor poder arrecadatório e com maior desigualdade fiscal entre si" (COSTA, SILVA & BRAGA, 2020, p. 18), diante de um tímido regime de colaboração (MOTTA & PESSANHA, 2023). Tais dificuldades se acentuaram após o impeachment, em 2016, da presidenta eleita Dilma Roussef, com ataques explícitos do novo governo às políticas sociais, entre os quais destacamos a instituição do Novo Regime Fiscal, que impactou negativamente a EI ao inviabilizar a concretização do Plano Nacional de Educação – PNE e resultar na descontinuidade do Proinfância e do Brasil Carinhoso, programas do governo federal importantes para a expansão e complementação dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento da EI (COUTINHO, 2017; FERNANDES, 2018; SANTOS & SOUSA JÚNIOR, 2020).

Outra questão que interfere diretamente na concretização do direito à EI em uma perspectiva democrática foi levantada por Adriana Dragone Silveira e Soeli Terezinha Pereira:

> as políticas públicas educacionais e sociais para a primeira infância são gestadas a partir de forças políticas e influências de agências multilaterais, com ênfase no investimento nas crianças para retorno futuro, na contramão da concepção de EI como um direito das crianças em vivenciar plenamente a infância e a se desenvolver de forma integral (SILVEIRA & PEREIRA, 2015, p. 02).

A influência das organizações multilaterais nas políticas de EI brasileiras não é recente. Como mostrou Fúlvia Rosemberg (2002), a partir da administração do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso uma das linhas de ação do Banco Mundial no país foi a do Desenvolvimento Infantil, incluída nas políticas de combate à pobreza por meio do investimento no capital humano, objetivando "prevenir ou compensar carências de crianças pobres, procurando especialmente maior eficiência do ensino fundamental, de

modo a combater o 'círculo vicioso de reprodução da pobreza'" (ROSEMBERG, 2002, p. 49). Desse modo, a EI é concebida como "oportunidade para compensar precocemente as desvantagens relativas das crianças pobres, no sentido de assegurar melhores resultados em sua educação posterior" (BUJES, 2015, p. 275). Essa concepção está presente em muitas das políticas direcionadas à EI brasileira nas últimas décadas, a exemplo da Ação Brasil Carinhoso, discutida por Adriana Silveira e Soeli Pereira (2015) no A20. Nesse contexto, concordamos com Sylvio Gadelha, que afirma:

> em termos amplos, podemos pensar o governo das infâncias em nosso presente como estando estreitamente relacionado ao empresariamento da sociedade, da educação e dos demais processos implicados à produção de subjetividades infantis (modos de construção do que seria 'ser criança') (GADELHA, 2015, p. 347).

Sob esta ótica percebemos que a visibilidade alcançada pela EI no Brasil nas últimas décadas, bem como sua significativa expansão, que a colocou em um espaço importante da agenda pública (CAMPOS, 2020), é fruto de uma governamentalidade democrática embasada no conceito de cidadania infantil, que tem a Carta Magna de 1988 como marco legal (GALLO, 2015), mas também de uma governamentalidade neoliberal cujo regime de verdade concebe a EI não como direito, mas como investimento econômico (FERNÁNDEZ & FALABELLA, 2023; GALLO, 2015; 2021; DAHLBERG, MOSS & PENCE, 2019; MOSS, 2017; BUJES, 2015). Nesse cenário, nos remetemos à face positiva, produtiva e transformadora do poder na ótica foucaultiana e reconhecemos, com Peter Moss (2017), que sem a "atual legitimidade política global" alcançada por meio do discurso da EI como investimento econômico de altos retornos "a expansão contemporânea da educação infantil não teria acontecido"[5] (MOSS, 2017, p. 14).

Isso posto, cabe ressaltar que o campo das políticas públicas de EI do Brasil é palco da disputa de concepções distintas de EI, que interferem diretamente na construção das subjetividades das crianças brasileiras, sendo de suma importância o fortalecimento do regime de verdade democrático.

EI e a relação entre o público e o privado

Este eixo temático abarcou o maior número de artigos, o que aponta a relevância da discussão da relação entre o público e o privado na oferta da EI no Brasil, sobretudo diante do contexto de crescente influência do setor privado tanto na oferta quanto na formulação de políticas direcionadas à EI (CORREA, 2020; BORTOT & SCAFF, 2020; GADELHA, 2015; COUTINHO, 2017). Tal relação é histórica e, apesar do crescimento das matrículas na rede pública ser superior, o número de matrículas via conveniamento é expressivo e representa um nítido instrumento de privatização da EI por meio de financiamento

público, sobretudo nos municípios grandes ou muito grandes, fazendo dessa etapa a mais privatizada (FINEDUCA, 2021; PINTO & CORREA, 2020; ALVES & CÔCO, 2020).

Os oito artigos aqui reunidos discutem o financiamento da EI enfocando a relação público privada sob diferentes prismas: A2, A3, A11, A12, A19 analisam a privatização da EI em municípios de grande porte; A13 e A21 investigam o repasse de recursos públicos para instituições privadas sem fins lucrativos; e A15 compara os custos de uma instituição da rede pública com os de uma instituição da rede privada.

Os autores do A15 assumem o discurso neoliberal na análise do financiamento da educação, propondo a ampliação da transferência de recursos públicos para a iniciativa privada via *vouchers*, com a justificativa de otimização do uso do dinheiro, diminuição dos custos, aumento da competitividade; enquanto em A2, A3, A11, A12, A13, A19 e A21 as/os pesquisadoras/es ressoam o discurso democrático na defesa do dinheiro público em instituições públicas e reafirmam o papel do Estado em garantir o acesso à EI com qualidade socialmente referenciada, comprometida com a promoção da cidadania infantil.

O *voucher* é uma estratégia de governamento da população que faz parte de uma governamentalidade neoliberal e enseja formar sujeitas/os neoliberais individualistas e competitivas/os. Nessa lógica, a liberdade individual de escolha é um princípio inegociável, bem como o da meritocracia (GADELHA, 2018), ainda que a escolha reforce a desigualdade inerente ao capitalismo. Contrapondo-se a essa perspectiva, temos a governamentalidade democrática, com a qual os demais artigos condizem ao questionarem a negação do direito das crianças com a opção política pelo conveniamento e seu impacto na qualidade da EI.

Com exceção do A15, os artigos deste eixo denunciam que "A educação infantil no Brasil tem uma longa história de baixo atendimento, subfinanciamento e ausência estatal" (CORREA, PINTO & GARCIA, 2021, p. 15), conectando o histórico descaso do poder público com a EI à opção política pela negação do direito das crianças e suas famílias à EI por meio da terceirização do atendimento em creche. Os artigos evidenciam que as relações entre o público e o privado fazem parte da história da EI brasileira, especialmente das creches, desde a sua origem, tendo fincado raízes tão fortes que a possibilidade de transferência de recursos públicos via conveniamento com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos é prevista na CF de 1988 (art. 213), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9394 de 1996 (art. 77), no Fundeb, lei nº 11494 de 2007 (art.8) (BRASIL, 2007) e no PNE, Lei nº 13005 de 2014 (estratégia 1.7). E o que isso significa? Considerando, com Foucault (2013), que as relações de poder constituem as subjetividades, e que a EI é uma estratégia de governamento das infâncias, podemos inferir que diferentes discursos sobre as crianças, as infâncias e a EI vêm sendo construídos no Brasil desde a década de 1870, quando as primeiras crianças foram atendidas em creches de instituições filantrópicas (KUHLMANN JÚNIOR, 1998) e que esses discursos forjaram diferentes subjetividades das crianças brasileiras a depender do seu poder aquisitivo e etnia, como Anete Abramowicz evidencia:

> a história da educação das crianças pequenas é marcada fortemente por dualismos e por duas redes de educação: uma para os pobres, outra para os ricos; redes duais para pretos e brancos, a creche e a pré-escola; a infância branca largamente representada pelos grandes pintores e em fotos de civilidade infantil e a quase invisibilidade da criança negra; o controle da criança pobre e de sua família e a aliança entre os médicos e as famílias brancas e ricas; a educação das crianças pobres e negras e a das crianças brancas e ricas etc. (ABRAMOWICZ, 2018, p. 33).

Assim, podemos falar com Gadelha de governo das infâncias, uma vez que "as estratégias, mecanismos, procedimentos e técnicas implicados às produções desses dois tipos de subjetividades infantis diferiram historicamente, conforme se tratasse da infância pequeno-burguesa ou da infância das classes pobres e/ou operárias" (GADELHA, 2015, p. 346). Nesse contexto, conseguimos entender que o descaso histórico do poder público em relação à creche tem relação direta com o público a que ela é destinada (ABRAMOWICZ, 2018).

O novo Fundeb e a EI

Os seis artigos deste eixo analisam a EI no âmbito do novo Fundeb, trazendo um panorama dos embates empreendidos durante a sua construção e aprovação. Ressalta-se o papel dos movimentos sociais nesse processo em defesa das condições para a garantia de uma EI com qualidade socialmente referenciada para todas as crianças brasileiras, discutindo os avanços e limites do Fundeb, agora permanente.

Pensando com Foucault que "onde há poder, há resistência" (FOUCAULT, 1988, p. 92), afirmamos que os textos A4, A5, A6, A7, A9 e A14 trazem resistência ao discurso neoliberal no financiamento da EI brasileira e ao descaso do poder público com as creches. Tal resistência também foi exercida de maneira contundente pela sociedade civil organizada nos embates travados na construção do novo Fundeb, sendo decisiva para que as creches fossem mantidas no fundo, que a proposta de *vouchers* não fosse validada (BARBOSA, SILVEIRA & SOARES, 2022; PELLANDA & BOLY BARRY, 2022; PESSANHA, 2021) e que avanços expressivos respaldados no discurso democrático fossem conquistados:

> Além de novas regras de cálculo para reduzir as desigualdades de financiamento educacional entre redes públicas, com a inovação representada pelo critério de valor aluno/ano total (VAAT), com a complementação da União ao Fundeb, em seis anos, passará de 10% para 23%, o que significa que as escolas públicas dos estados e municípios mais pobres receberão mais recursos, ainda que persistam problemas não enfrentados na Emenda Complementar (EC) n. 108/2020 e na Lei n. 14.113/2020 que a regulamentou (Pinto, 2015; 2019; Carreira, Ximenes, Ramos, 2021) (CÁSSIO, MOURA & XIMENES, 2022, p. 02).

Desse modo, considerando que as políticas se originam da correlação de forças entre o Estado e os demais setores da sociedade, é importante pontuar que tais correlações de força são "desequilibradas, heterogêneas, instáveis, tensas" (FOUCAULT, 1988, p. 89),

sendo possível deduzir que as políticas públicas refletem "estados de poder, […] sempre localizados e instáveis" (FOUCAULT, 1988, p. 89). São inerentes às políticas públicas tanto a possibilidade de manutenção quanto as de resistência e transformação da configuração da distribuição do poder na sociedade.

Outra questão abordada em parte dos artigos é que, não obstante os progressos incorporados ao novo Fundeb, ainda há um caminho a ser percorrido para sua implementação, abarcando a sua completa regulamentação, com a designação das fontes dos recursos que proverão o maior aporte previsto (FLORES & LUTZ, 2022). Com a regulamentação do Fundeb permanente ainda em aberto, é muito importante que as/os pesquisadoras/es de políticas educacionais e a sociedade civil organizada persistam na promoção do debate, consolidando a defesa de um financiamento educacional que possibilite a garantia da oferta de educação pública de qualidade (BRUNO, 2022), pois:

> O financiamento da educação envolve um campo de disputas entre público e privados, entre a ideologia ultraliberal mercadológica, privatista […] versus a defesa da educação como política pública, como direito social inalienável, uma política sistêmica, fundada nos princípios democráticos, que garanta recursos públicos para as escolas públicas para todas/todes/todos (FARIA, CANAVIEIRA & ARELARO, 2022, p. 05).

Nesse sentido, considerando que estamos imersas/os nas relações de poder, e que o discurso constrói poder, entendemos que a regulamentação do novo Fundeb será determinada pela correlação de forças que serão estabelecidas durante o processo. É crucial, portanto que as/os professoras/es da EI, pesquisadoras/es e sociedade civil organizada continuem exercendo a resistência, a vigilância constante, atuando ativamente nos embates vindouros, contrapondo o discurso neoliberal e fortalecendo o discurso democrático em defesa da garantia dos recursos necessários para a efetivação do direito à educação pública com qualidade socialmente referenciada, uma vez que: "o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder, reforça-o, mas também o mira, expõe, debilita e permite barrá-lo" (FOUCAULT, 1988, p. 96).

Finalmente, com Ana Lúcia Goulart de Faria, Fabiana Oliveira Canavieira e Lisete Arelaro ratificamos que "a garantia de uma Educação Infantil de qualidade não se faz apenas com repasse de recursos, mas sem ao menos isso é impossível discutir qualidade" (FARIA, CANAVIEIRA & ARELARO, 2022, p. 02). Nesse mesmo sentido, Dhaiene de Jesus dos Reis Bruno (2022) pontua que o direito à EI se efetiva quando é garantida a cada criança o acesso a instituições de EI, que lhe possibilite a vivência de experiências educativas com qualidade – mas o novo Fundeb não trata da previsão de mais recursos como apenas um dos elementos para que se garanta o acesso a uma EI com qualidade,

que depende também da discussão e do estabelecimento das condições necessárias para sua efetivação. Por sua vez, Vanderlete Pereira da Silva e Roberto Sanches Mubarac Sobrinho ressaltam que:

> com a aprovação do novo Fundeb, é preciso que as lutas em prol da educação pública se fortaleçam cada vez mais, pois, para assegurar Educação Infantil com qualidade e equidade, é necessário combinar um conjunto de fatores e medidas, sendo a provisão de recursos financeiros apenas uma delas. Recursos em volume adequado constituem uma condição necessária, mas não suficiente para assegurar a qualidade (SILVA & MUBARAC SOBRINHO, 2022, p. 10).

Relembramos Fúlvia Rosemberg (2007) que, à época da aprovação do primeiro Fundeb, defendeu que seus recursos fossem destinados para uma política de EI fundamentada no respeito aos direitos fundamentais das crianças pequenas. Compartilhando dessa defesa, salientamos que bebês e crianças pequenas dependem de adultas/os para que sua cidadania seja efetivada (MICARELLO, 2013), e que ao definir a criança como cidadã na CF de 1988, o Estado comprometeu-se em promover a cidadania infantil, considerando as crianças como sujeitas de direitos, inserindo-as em uma governamentalidade democrática (GALLO, 2015). Assim, é um dever ético e político das/dos professoras/es da EI, gestoras/es públicas/os e pesquisadoras/es da área seguirem lutando pelo fortalecimento da governamentalidade democrática da EI.

Considerações finais

Nos seus primeiros 12 anos de existência, a Revista Fineduca publicou 21 artigos sobre o financiamento da EI brasileira, o que representa apenas 8,33% de todos os artigos publicados na revista no período, o que é um forte indicativo da necessidade de expandir os estudos nessa área. Além disso, observamos que as universidades públicas das regiões Sudeste e Sul do país concentram as/as pesquisadoras/es que se dedicam à temática; as mulheres são protagonistas nas pesquisas sobre o financiamento da EI brasileira; a maior parte dos municípios estudados são capitais ou pertencem a regiões metropolitanas, evidenciando uma lacuna na pesquisa sobre a situação do financiamento da EI em municípios de pequeno porte e do interior dos estados; no que tange à abordagem metodológica, predominam as pesquisas qualitativas, com a realização de estudos de caso e análise documental.

Em 95,23% dos textos, as/os autoras/es fazem a defesa intransigente do direcionamento dos recursos públicos para a EI pública, essencial para a materialização do direito à EI com qualidade socialmente referenciada, convergindo com a governamentalidade democrática da EI, o que indica que a Revista Fineduca tem sido um importante meio de construção e fortalecimento do discurso democrático, representando um polo de

resistência aos avanços do discurso neoliberal no campo do financiamento educacional no país. Seus artigos discutem questões como o histórico descaso do poder público com as creches e suas consequências nas políticas atuais de EI, com a privatização via conveniamento; os avanços trazidos pelo Fundeb e a sua incapacidade de solucionar problemas estruturais da EI brasileira, como a desigualdade e a qualidade precária; a força e a importância da atuação da sociedade civil organizada na construção do Fundeb permanente, uma importante conquista para a educação pública brasileira; a necessidade de continuar atentas/os durante a regulamentação do novo fundo, ante as investidas neoliberais nas disputas pelos recursos públicos; a convicção de que uma EI com qualidade socialmente referenciada não se faz sem os recursos financeiros condizentes, mas que eles apenas não bastam.

Ademais, os artigos escancaram as contradições próprias das relações de poder que constituem nossa sociedade. Se por um lado a maioria dos municípios padece com a responsabilidade de garantir o direito à EI, por serem os entes federados com menos recursos, por outro, é nos municípios mais ricos que a privatização via conveniamento com o empresariado tem sido mais intensa.

Enfim, com esta Revisão Sistemática de Literatura – RSL, esperamos contribuir para a ampliação das discussões acerca do financiamento da EI e para o fortalecimento do discurso democrático.

Recebido em: 09/01/2025; Aprovado em: 20/05/2025.

Notas

1 Tradução livre das autoras. "[…] We recommend that a systematic review be conducted whenever possible for several reasons. First, their very naturemeans that they tend to be of higher quality, more comprehensive, and less biased than other types of literature review, which makes themmore likely to be published and to have an impact. If done well, a systematic review is a novel and important substantive contribution to knowledge in its own right" (SIDDAWAY, WOOD & HEDGES, 2019, p. 752).

2 Conforme consta no seu site <https://seer.ufrgs.br/fineduca>

3 Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca>.

4 O cálculo das porcentagens foi feito considerando as universidades relacionadas às/aos primeiras/os autoras/es de cada artigo.

5 Tradução livre das autoras: "[…] the contemporary expansion of early childhood education would not have happened without this discourse gaining dominance" (MOSS, 2017, p.14).

Referências

ABRAMOWICZ, Anete. Panorama atual da Educação Infantil: suas temáticas e políticas. In: ABRAMOWICZ, Anete & HENRIQUES, Afonso Canella (Orgs.) *Educação Infantil:* a luta pela infância. Campinas: Papirus, 2018. p. 13-51.

ALVES, Kallyne Kafuri & CÔCO, Valdete. Indicadores do contexto brasileiro na materialização do convênio na educação infantil. *EccoS – Revista Científica*, *[S. l.]*, n. 54, p. e10581, 2020. DOI: 10.5585/eccos.n54.10581. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/10581>. Acesso em: 13 mar. 2024.

BARBOSA, Ivone Garcia; SILVEIRA, Telma Aparecida Teles Martins & SOARES, Marcos Antônio. O Novo Fundeb e a Educação Infantil: da política de consenso neoliberal à práxis política emancipatória. *FINEDUCA* - Revista de Financiamento da Educação, *[S. l.]*, v. 12, 2022. DOI: 10.22491/2236-5907119791. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/119791>. Acesso em: 13 mar. 2024.

BOCHI JUNIOR, Ivanor Paulo & KLIEMANN NETO, Francisco José. Custos de Escolas de Educação Infantil em Porto Alegre pelo Método ABC: um estudo de caso. *FINEDUCA* - Revista de Financiamento da Educação, [S.l.], v. 10, nov. 2020. ISSN 2236-5907. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/94945>. Acesso em: 15 jan. 2022.

BORTOT, Camila Maria & SCAFF, Elisangela Alves da Silva. O direito à qualidade da/na educação Infantil: entre a maximização do direito e as intencionalidades do privado. *EccoS*–Revista Científica, n. 52, p. 13269, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/13269>. Acesso em 20 jan. 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União*, Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 19 maio 2021.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 19 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política nacional de educação infantil:* pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pol_inf_eduinf.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. *Resolução CNE/CEB no 05/2009*. Fixa as diretrizes nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2009.

BRASIL. Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011- 2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 19 maio 2021.

BRASIL. Lei 11.494 de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF. 2007. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm>. Acesso em: 19 fev. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Relatório do 5º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2024*. 2. ed. – Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_quinto_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_plano_nacional_de_educacao.pdf.> Acesso em: 21 ago.2024

BRUNO, Dhaiene de Jesus dos Reis. A Oferta da Educação Infantil em Condições de Qualidade no Contexto no Novo Fundeb. *FINEDUCA* - Revista de Financiamento da Educação, *[S. l.]*, v. 12, 2022. DOI: 10.22491/2236-

5907120153. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/120153>. Acesso em: 13 mar. 2024.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Políticas sociais, capital humano e infância em tempos neoliberais. In: RESENDE, Haroldo de (Org.) *Michel Foucault:* o governo da infância. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 259-280.

CAMPOS, Maria Malta. Avaliação da qualidade na educação infantil: impasses e perspectivas no Brasil. *Pesquisa e Debate em Educação*, *[S. l.]*, v. 10, n. 1, p. 891–916, 2020. DOI: 10.34019/2237-9444.2020.v10.32009. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/32009>. Acesso em: 1 set. 2023.

CAMPOS, Rosânia & BARBOSA, Maria Carmem Silveira. O mito de Sísifo e a Educação Infantil: inconformismo, resistência e luta. In: ABRAMOWICZ, Anete & HENRIQUES, Afonso Canella (Orgs.) *Educação Infantil:* a luta pela infância. Campinas: Papirus, 2018. p. 151 – 174.

CÁSSIO, Fernando; MOURA, Fernanda & XIMENES, Salomão Barros. Ataque ao Fundeb: intersecções entrecultraliberais e reacionários no projeto de privatização do fundo público. *FINEDUCA* - Revista de Financiamento da Educação, *[S. l.]*, v. 12, 2022. DOI: 10.22491/2236-5907119455. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/119455>. Acesso em: 13 mar. 2024.

CORREA, Bianca. A educação infantil sob a lógica do empreendedorismo e dos "negócios de impacto social". *Educação em Revista*, v. 36, p. e231100, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/Wk4vnYrWqn9WZNY9qwgxMLH/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 12 jul. 2023.

CORREA, Bianca; PINTO, José Marcelino de Rezende & GARCIA, Teise de Oliveira Guaranha. Estratégias de Privatização da Educação Infantil em Ribeirão Preto e as Resistências. *FINEDUCA* - Revista de Financiamento da Educação, [S.l.], v. 11, out. 2021. ISSN 2236-5907. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/114040>. Acesso em: 15 jan. 2022.

COSTA, Josielli Teixeira de Paula; SILVA, Franceline Rodrigues & BRAGA, Daniel Santos Repercussões do Fundeb no Acesso e na Oferta da Educação Infantil: um estudo de caso. *FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação,* [S.l.], v. 10, out. 2020. ISSN 2236-5907. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/103688>. Acesso em: 15 jan. 2022.

COUTINHO, Angela Scalabrin. As políticas para a educação de crianças de 0 a 3 anos no Brasil: avanços e (possíveis) retrocessos. *Laplage em Revista*, vol. 3, núm. 1, 2017 Universidade Federal de São Carlos. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552756521004>. Acesso em 12 dez 2023.

DAHLBERG, Gunilla; MOSS, Peter & PENCE, Alan. *Qualidade na educação da primeira infância:* perspectivas pós-modernas. Tradução: Magda França Lopes; Revisão técnica: Kátia de Souza Amorim. Porto Alegre: Penso, 2019.

DELLAZZANA-ZANON, Letícia Lovato *et al*. (Des)igualdade de gênero na carreira acadêmica: o impacto da maternidade. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, *[S. l.]*, v. 18, n. especial, p. 1–16, 2023. DOI: 10.21713/rbpg.v18iespecial.1901. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/1901>. Acesso em: 13 mar. 2024.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de; CANAVIEIRA, Fabiana Oliveira & ARELARO, Lisete. Apresentação Especial: uma femenagem à grande Lisete Arelaro. *FINEDUCA* - Revista de Financiamento da Educação, *[S. l.]*, v. 12, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/124593>. Acesso em: 31 jan. 2024.

FELDMAN, Marina. Demanda, financiamento e Ministério Público: conflitos em torno da oferta da educação infantil no município de Araucária. *FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação*, [S.l.], v. 6, dez. 2016. ISSN 2236-5907. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/62832>. Acesso em: 17 jan. 2022. DOI: https://doi.org/10.17648/fineduca-2236-5907-v6-62832.

FERNANDES, Eliane. *Financiamento da Educação Infantil no Brasil:* descrição e análise da participação do governo federal no período de 2000 a 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

FERNÁNDEZ, Loreto & FALABELLA, Alejandra. Neoliberalismo en la educación inicial: una revisión bibliográfica sistemática internacional. *Práxis Educativa, [S. l.]*, v. 18, p. 1–22, 2023. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.18.22562.083. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/22562. Acesso em: 14 mar. 2024.

FINEDUCA, *A Política de Educação Infantil no Brasil:* das garantias legais ao financiamento do atendimento público. Nota técnica. São Paulo, julho 2021. Disponível em: <https://fineduca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/20210611_NT_Fineduca_EI.pdf>, Acesso em 27 jul. 2022.

FLORES, Maria Luiza Rodrigues & LUTZ, Diego. Para Além do Acesso: o direito à educação infantil de qualidade exige financiamento adequado. *FINEDUCA* – Revista de Financiamento da Educação, *[S. l.]*, v. 12, 2022. DOI: 10.22491/2236-5907119434. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/119434>. Acesso em: 13 mar. 2024.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I*: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso.* 5 ed. São Paulo: Loyola, 1999.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert & RABINOW, Paul. *Michel Foucault.* Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. 2 ed., rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. p. 273-295.

GADELHA, Sylvio. Empresariamento da sociedade e governo da infância pobre. In: RESENDE, Haroldo de (Org.) *Michel Foucault:* o governo da infância. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 345-366.

GADELHA, Sylvio. Empresariamento da Sociedade e da Educação: O Complexo Corpo-Subjetividade do Homo Economicus Neoliberal, o Imperativo da Alta Performance e seus Efeitos. In: RESENDE, Haroldo de (Org). *Micheu Foucault*: a arte neoliberal de governar e a educação. São Paulo: Intermeios; Brasília: Capes/Cnpq, 2018.

GALLO, Silvio. Mutações no governo da infância no Brasil contemporâneo. *Zero – a – seis,* Florianópolis, v. 23, n. Especial, p. 1091-1115, ago./ago., 2021. Universidade Federal de Santa Catarina. ISSN 1980-4512. DOI: https://doi.org/10.5007/1980-4512.2021.e81100. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/81100/47104>. Acesso em: 13 jan. 2024.

GALLO, Silvio. O pequeno cidadão‖: sobre a condução da infância em uma governamentalidade democrática. In: RESENDE, Haroldo de (Org.) *Michel Foucault:* o governo da infância. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa & RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. *Logeion:* Filosofia da Informação, Rio de Janeiro, RJ, v. 6, n. 1, p. 57–73, 2019. DOI: 10.21728/logeion.2019v6n1.p57-73. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835>. Acesso em: 13 fev. 2023.

KHULMANN JÚNIOR, Moysés. *Infância e educação infantil:* uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998. p. 181-201.

LEMKE, Thomas. *Foucault, governamentalidade e crítica*. traduzido por Mario Antunes Marino, Eduardo Altheman Camargo Santos. São Paulo: Filosófica Politeia, 2017.

MICARELLO, Hilda. Práticas pedagógicas e respeito à cidadania infantil. In: SANTOS, José Jackson Reis dos; LEITE, Maria Iza Pinto de Amorim & PEREIRA, Sandra Márcia Campos (Org.) *A qualidade na Educação Infantil e os direitos da criança pequena*. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2013. p. 23-35.

MOSS, Peter. "Power and resistance in early childhood education: From dominant discourse to democratic experimentalism" *Journal of Pedagogy*, vol.8, no.1, 2017, pp.11-32. DOI; https://doi.org/10.1515/jped-2017-0001. Acesso em: 03 dez. 2023.

MOTTA, Mônica de Souza & PESSANHA, Fabiana Nery de Lima. Políticas de Financiamento e Atendimento à Educação Infantil na Cidade de São Gonçalo/RJ: o Plano Municipal de Educação (PME) (2015-2024). *FINEDUCA* - Revista de Financiamento da Educação, *[S. l.]*, v. 13, 2023. DOI: 10.22491/2236-5907121381. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/121381>. Acesso em: 13 mar. 2024.

NASCIMENTO, Ana Paula Santiago do & SILVA, Cleber Nelson de Oliveira. As creches conveniadas em São Paulo: quais os reais motivos dessa opção política. *FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação,* [S.l.], v. 5, dez. 2015. ISSN 2236-5907. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/67575>. Acesso em: 17 jan. 2022. DOI: https://doi.org/10.17648/fineduca-2236-5907-v5-67575.

NASCIMENTO, Ana Paula Santiago do. *et al*. Creches Conveniadas e Compra de Vagas na Cidade de São Paulo: formas de privatização da Educação Infantil. *FINEDUCA* - Revista de Financiamento da Educação, [S. l.], v. 12, 2022. DOI: 10.22491/2236-5907110081. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/110081>. Acesso em: 13 mar. 2024.

PELLANDA, Andressa & BOLY BARRY, Koumbou. O Novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação no Brasil e as Parcerias Público-Privadas na Educação Infantil: um panorama na perspectiva dos Princípios de Abidjan. *FINEDUCA* - Revista de Financiamento da Educação, [S. l.], v. 12, 2022. DOI: 10.22491/2236-5907119737. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/119737>. Acesso em: 13 mar. 2024.

PEREIRA, Silmara Teixeira & PINTO, José Marcelino de Rezende. Uma Análise das Fontes de Receita, dos Gastos e do Padrão de Atendimento de uma Instituição de Educação Infantil Filantrópica na Cidade de Ribeirão Preto. *FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação,* [S.l.], v. 1, jul. 2013. ISSN 2236-5907. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/36351>. Acesso em: 17 jan. 2022.

PESSANHA, Fabiana Nery de Lima. O Financiamento da Educação das Crianças de 0 a 3 Anos no Município de São Gonçalo/RJ: limites e tensões entre o público e o privado. *FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação,* [S.l.], v. 11, out. 2021. ISSN 2236-5907. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/114049>. Acesso em: 15 jan. 2022.

PESSANHA, Fabiana Nery de Lima. Políticas Educacionais e o Financiamento à Creche em São Gonçalo/RJ: um estudo de caso (2011-2020). *FINEDUCA* - Revista de Financiamento da Educação, *[S. l.]*, v. 12, 2022. DOI: 10.22491/2236-5907119377. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/119377>. Acesso em: 13 mar. 2024.

PINTO, José Marcelino de Rezende & CORREA, Bianca Cristina. Educação infantil e a política de fundos: como tem caminhado essa etapa educacional, em especial com a aprovação do Fundeb? *FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação,* [S.l.], v. 10, out. 2020. ISSN 2236-5907. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/104023>. Acesso em: 15 jan. 2022.

ROSEMBERG, Fúlvia. Organizações multilaterais, Estado e políticas de Educação Infantil. *Cadernos de Pesquisa*, n. 115, p. 25-63, março 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100 15742002000100002&script=sci_abstract&tlng=pt >. Acesso em: 15 mar. 2016.

ROSEMBERG, Fúlvia. Políticas públicas e qualidade da Educação Infantil. In: SANTOS, Marlene Oliveira dos & RIBEIRO, Maria Isabel Souza (Orgs.) *Educação Infantil os desafios estão postos:* e o que estamos fazendo? Salvador: Sooffset, 2014. p.169-185.

SANTOS, Joedson Brito dos. Um levantamento sobre a produção do conhecimento em financiamento da educação infantil. *Research, Society and Development*, v. 9, p. e92591110625, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/10625>. Acesso em: 08 jan. 2021.

SANTOS, Joedson Brito dos & SOUSA JUNIOR, Luiz de. Os Recursos Direcionados às Crianças de 0 a 5 Anos de Idade no Contexto do Fundeb em João Pessoa/PB. *FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação,* [S.l.],

v. 11, mar. 2021. ISSN 2236-5907. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/97498/61053>. Acesso em: 15 jan. 2022.

SAVIANI, Dermeval. A crise política e o papel da educação na resistência ao golpe de 2016 no Brasil. In: KRAWCZYK, Nora & LOMBARDI, José Claudinei (Orgs.). *O Golpe de 2016 e a educação no Brasil*. 1 ed. eletrônica. Uberlândia: Navegando, 2018. p. 27-46. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2019/05/Ogolpede2016eaeduca%C3%A7%C3%A3onoBrasil_book-3.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

SIDDAWAY, Andy P.; WOOD, Alex M & HEDGES, Larry V. *Annual Review of Psychology*, v. 70, n. 1, p. 747–770, 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30089228/>. Acesso em: 21 ago. 2023.

SILVA, Franceline Rodrigues & BRITO, José Eustáquio de. Financiamento da educação infantil: rumos da produção do conhecimento na ANPAE, ANPED e FINEDUCA (2016 a 2018). *Pesquisa e Debate em Educação, [S. l.]*, v. 9, n. 2, p. 763–787, 2019. DOI: 10.34019/2237-9444.2019.v9.30840. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/30840>. Acesso em: 5 fev. 2024.

SILVA, Vanderlete Pereira da & MUBARAC SOBRINHO, Roberto Sanches. O Novo Fundeb e a Garantia do Direito à Educação das Crianças Manauaras. *FINEDUCA* - Revista de Financiamento da Educação, *[S. l.]*, v. 12, 2022. DOI: 10.22491/2236-5907119439. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/119439>. Acesso em: 13 mar. 2024.

SILVEIRA, Adriana Dragone & PEREIRA, Soeli Terezinha. A Ação Brasil Carinhoso como estratégia de expansão da oferta e redução da desigualdade educacional na creche. *FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação,* [S.l.], v. 5, dez. 2015. ISSN 2236-5907. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/67578/38750>. Acesso em: 17 jan. 2022. DOI: https://doi.org/10.17648/fineduca-2236-5907-v5-67578.

SOUZA, Ângelo Ricardo de *et al.* Revista FINEDUCA – 10 anos de contribuição à pesquisa em financiamento da educação. *FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação,* [S.l.], v. 10, nov. 2020. ISSN 2236-5907. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/vietw/109338>. Acesso em: 15 jan. 2022.